

Qual a Escola que Interessa às Camadas Populares? Estudo de uma Experiência no Bairro do Bengui, em Belém-PA

Pesquisador: Salomão Antônio Mufarrej Haje

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

Fonte Financiadora: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)

Apesar do discurso de "educação acesso e permanência", que tem para todos" com "garantias de sido veiculado nos meios de

comunicação sociais pelas autoridades competentes, o que se vem constatando no sistema educacional brasileira é a utilização cada vez mais efetiva da escola para manutenção do *status quo*, reproduzindo a divisão de classes na sociedade e contribuindo para a desigualdade entre as mesmas.

Na realidade, as oportunidades de escolarização não são oferecidas igualmente a todos, apresentando-se diferenciadas em termos de qualidade de ensino com relação a cada uma das classes sociais. E quanto às aptidões das pessoas, estas não são na prática fruto de características inatas, mas um produto de suas relações sociais, combinadas com a oferta de condições materiais mínimas de vida que assumem características próprias, determinadas pela classe social a que o indivíduo pertence.

Percebe-se, portanto, que as condições materiais, económicas e sociais de existência têm impedido o desenvolvimento escolar e social das camadas populares, uma vez que a ordem económica capitalista privatiza os meios de produção nas mãos de uma minoria privilegiada e

justifica as desigualdades sociais mediante "diferenças de ordem intelectual".

Este fato revela a natureza e o papel ideológico que assume a educação ao dissimular os seus próprios mecanismos de discriminação e atrair para si a preocupação de setores descontentes da sociedade, que passam a vislumbrar a escola como um instrumento de superação das condições materiais consideradas injustas, livrando com isso as críticas à ordem económica que produz e reproduz essa condições.

Entretanto, as contradições subjacentes a esse processo nos tem revelado que "a escola não é um feudo da classe dominante; ela é um terreno de luta entre a classe dominante e a classe explorada. Ela é terreno em que se defrontam as forças de progresso e s forças conservadoras. O que se passa na escola reflete a exploração e a luta contra a exploração. Ela é simultaneamente reprodução das estruturas existentes, correia de transmissão da ideologia oficial, mas também é ameaça à ordem estabelecida e possibilidade de libertação.

A escola é uma instabilidade, mais ou menos aberta à nossa ação". (Sniders apud Gadotti, 1988)

Inseridos nesse contexto, precisamos ter a clareza de que a luta por uma escola pública, gratuita, democrática e de boa qualidade, que sirva aos interesses da maioria da população brasileira, não resultará exclusivamente de mudanças de desenvolvidas no interior da escola, pois depende de um projeto global de transformação da sociedade, mas que, entretanto, não poderão ser justificadas em sua passividade em função da espera por mudanças sociais radicais.

Nesse sentido, nosso trabalho se propõe a estabelecer pressupostos objetivos que fundamentem uma concepção pedagógica que atenda aos interesses das camadas populares de nosso país, constituindo-se um instrumento concreto de libertação do autoritarismo que, disfarçado, tem oprimido ostensivamente esses segmentos sociais empobrecidos.

Isso será alcançado à medida que o debate e a pesquisa em torno da educação extrapolem a fundamentação psicológica ou a reconstituição histórica da escola, e sirva de

instrumento de luta para superar as contradições presentes nessa sociedade opressora. É preciso portanto superar a concepção de escola como valor universal e ter a clareza de que esse sistema escolar nasceu e se estruturou marcado por interesses de classes.

A burguesia, ao lutar pela *escola pública gratuita*, tinha presente que ela deveria servir aos seus teóricos, dirigentes, executivos e profissionais; por isso, tratou logo de criar um projeto paralelo e complementar, onde conteúdos e métodos e a própria organização escolar contribuísem para formar trabalhadores semi-analfabetos, submissos e desqualificados.

Esse fato nos trás a convicção de que "um projeto de uma classe só pode ser enfrentado por outro projeto da e para a classe antagônica, visando à apropriação e à redefinição desse projeto a serviço de interesses de classe, e não a serviço da melhor sorte e da ascensão de alguns indivíduos" (Arroyo, 1986).

Não resolveremos, portanto, o problema da escola para as camadas populares distribuindo equitativa-

mente os bens culturais e o saber sistematizado, muito menos tomando medidas quanto à redução das taxas de repetência e evasão ou nos preocupando com a "permanência" em um sistema escolar único que possa distribuir um cardápio cultural igualmente rico para todos. "Não será possível ensinar para a participação, desalienação e libertação de classe com os mesmos livros didáticos, a mesma estrutura e a mesma relação pedagógica com que se ensinaram a ignorância e a submissão de classe." (Arroyo, 1986)

Se queremos redimensionar o papel social da escola, tendo como pressuposto a viabilidade de uma escola pública que venha realmente atender aos interesses populares, "não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições; mas para participar coletivamente da construção de um saber que vai além de um saber de pura experiência feita, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria História" (Freire, 1991).

Isso porque para Freire, "a escola deve ser um centro irradiador da cultura popular, à disposição da comunidade, não para consumi-la, mas para recriá-la. A escola é um espaço de organização política das classes populares e como espaço de ensino e aprendizagem será então um centro de debate de ideias, soluções, reflexões, onde a organização popular vai sistematizando sua própria experiência".

Tomando em conta essas contribuições anteriores, não queremos realizar uma pesquisa a mais, muito menos apresentar uma saída de emergência que possa vir a apresentar "receituários" de uma escola voltada aos interesses das camadas populares; por isso, pretendemos partir do que está sendo tentado na prática cotidiana para atender aos interesses de escolarização desses segmentos.

Neste sentido processaremos um estudo da experiência realizada pela Escola de 1º e 2º Graus Cidade de Emaús, localizada no Bairro do Bengui, na cidade de Belém-PA, com uma perspectiva de reconstruir e analisar sua proposta pedagógica, tendo em vista que seus pressupostos

se propõem a formar crianças, adolescentes, jovens e adultos, política e tecnicamente competentes, capazes de gerar novos conhecimentos, criar sua peculiar maneira de ser e de participar efetivamente do processo coletivo de construção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária.

Portanto, com este estudo pretendemos verificar: Qual a contribuição efetiva dessa escola para a educação-formação das camadas populares? O que a torna diferenciada das demais escolas públicas de nosso estado? Que subsídios podemos extrair de sua prática pedagógica para referenciar uma concepção de escola que atenda aos interesses das camadas populares?

A escolha da Escola de Emaús deve-se ao fato de ela se propor a desenvolver um processo de educação popular que contribua para que os indivíduos modifiquem sua consciência ingênua e assumam uma postura crítica diante da realidade em que vivem.

Essa prática educativa tem levado a classe trabalhadora a redescobrir seus valores e a desenvolver sua própria cultura, formando homens novos, que lutem contra o individualismo e o egoísmo, em favor de uma efetiva solidariedade.

Se buscamos a escolarização formal que atenda aos interesses das camadas populares, precisamos tirar proveito das lições que podem ser aprendidas com as experiências de educação popular e inseri-las na relação pedagógica escolar.

Essa prática tem sido efetivada na Escola Cidade de Emaús, a ponto de incluir em seu currículo de formação de professores de 2º grau uma disciplina chamada "Educação Popular", que propicia aos seus alunos um conhecimento da experiência pedagógica realizada pelos movimentos sociais em nosso estado, disciplina essa que temos o privilégio de ministrar desde 1988.

Referências Bibliográficas

- ARROYO, Miguel G. *Da escola carente à escola possível*. São Paulo: Loyola, 1986.
- FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.
- GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1988.